

PODER/ Ex-primeira-dama agradece à PF e leva remédios ao ex-presidente. Pela web, bolsonaristas criticam e esquerda defende transferência

Michelle acompanha e, nas redes, “tiroteio”

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» EDUARDA ESPOSITO
» WAL LIMA

Antes da transferência de Jair Bolsonaro, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ele passou por exame de corpo de delito para poder dar entrada na Papudinha. Dos parentes, apenas a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi ao complexo penitenciário, onde chegou por volta das 20h e saiu pelas 20h30, mas sem falar com os jornalistas que acompanhavam as movimentações — levou remédios e itens pessoais. Ela se manifestou pela conta que mantém no Instagram, na qual agradece à Polícia Federal (PF) pelo tempo em que o marido lá esteve preso.

“Continuo confiando e agradecendo a Deus, certa de que tudo acontece no tempo do nosso amado Pai, e não no nosso. Sou grata a todos da PF que, durante o período em que meu amor esteve lá, cuidaram dele com atenção, auxiliando nas medicações e nas refeições. Que Deus os recompense e os abençoe grandemente. Estou a caminho do complexo (da Papudinha) para ver o meu amor”, publicou.

Por volta das 21h45, um grupo de 10 bolsonaristas decidiu acampar na alameda que dá acesso ao complexo penitenciário. Os apoiadores começaram a entoar louvores evangélicos e a fazer preces direcionadas a Bolsonaro.

Mas, antes de tudo isso, um imenso tiroteio tomou conta das redes sociais. Enquanto os bolsonaristas elevaram o tom das críticas a Moraes e ao STF, os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva exultavam com a decisão e a consideraram acertada. Um dos primeiros a se manifestar foi o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ungido pelo pai como pré-candidato à Presidência da República e representante da extrema-direita na corrida eleitoral.

“Se fosse com o ex-presidente Michel Temer, Alexandre de Moraes estaria agindo da mesma forma?”, indaga o parlamentar. Ele referia-se ao fato de que Moraes foi ministro da Justiça de Temer, responsável pela sua indicação ao STF. “Os remédios que Bolsonaro toma para seu atual problema crônico de soluções têm efeitos colaterais, como desequilíbrio e sonolência. Concretamente, já teve uma queda em que bateu com a cabeça. Graças a Deus não foi nada grave, mas poderia ter sido. Poderia, sim, ter sido encontrado morto — sozinho — na cela da Polícia Federal. Espero que, em breve, a lei seja cumprida e Bolsonaro seja transferido para sua casa, o único local onde esse risco de queda pode ser amenizado — enquanto os médicos não solucionam o problema em definitivo”, publicou.

Outro filho, o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL), fez uma longa publicação no X criticando a transferência para a Papudinha. “Transferência de Jair Bolsonaro para a chamada ‘Papudinha’. Alexandre de Moraes, suas qualidades como ser humano não merecem ser enumeradas diante de tamanha maldade praticada contra o último presidente do Brasil que jamais descumpriu uma linha da

Francisco Artur de Lima/CB/D.A Press



Um grupo de bolsonaristas chegou por volta das 21h45 e começou a fazer preces e entoar palavras de ordem



Os remédios que Bolsonaro toma para seu atual problema crônico de soluções têm efeitos colaterais, como desequilíbrio e sonolência. Concretamente, já teve uma queda em que bateu com a cabeça. Graças a Deus não foi nada grave, mas poderia ter sido. Poderia, sim, ter sido encontrado morto — sozinho — na cela da Polícia Federal”

Publicação do filho 01, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



Na Papuda, as condições são ainda mais favoráveis: espaço muito maior, banho de sol livre, possibilidade de fisioterapia com esteira e bicicleta, aumento do tempo de visita de familiares, televisão, geladeira, banho quente e remição de pena pela leitura. Os pleitos da defesa foram deferidos, porém a pena será cumprida no estabelecimento prisional”

Comentário do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ)

Constituição e também contra os presos do 8 de janeiro. Aliados do PT já praticaram atos muito mais graves e nada lhes aconteceu. Ainda assim, condenar Jair Bolsonaro representa o maior dos absurdos. (...) Condena-se Jair Bolsonaro como líder dos fatos do dia 8 de janeiro, mesmo ele estando fora do país. O que se observa é uma perseguição política escancarada, incompatível com o Estado de Direito. Mais uma condenação injusta”, postou.

O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), considerou que a transferência é um “castigo” imposto ao ex-presidente. “Foi abuso de poder. O Brasil está sob um regime de arbítrio judicial. O que vemos não é justiça. É autoritarismo de toga, abuso de poder institucionalizado, a caneta transformada em ferramenta de perseguição”, disse.

Na mesma linha foi o deputado Cabo Gilberto (PL-PB), líder da oposição na Câmara. Para ele, a decisão de Moraes “extrapolou” os limites do poder. “Mandar Jair Bolsonaro para o Complexo Penitenciário da Papuda é autoritarismo puro. Quando uma só pessoa acusa, julga e manda prender, o sistema falhou. O STF ultrapassou todos os limites”, criticou.

Outra deputada bolsonarista, Bia Kicis (PL-DF), criticou a ida de Bolsonaro para a Papudinha e afirmou que ele deve cumprir a pena pela tentativa de golpe de Estado em casa. “Isso não é justiça”, frisou, em um breve comentário nas redes sociais.

Para o deputado Coronel Chrysóstomo (PL-RO), Moraes foi injusto em determinar que Bolsonaro cumpra pena na Papudinha. “Depois de negar o pedido de transferência para a residência, ele dobra

a aposta e envia mesmo sabendo das condições de saúde do presidente Bolsonaro”, frisou.

Melhores condições

Os aliados do governo defenderam a transferência de Bolsonaro ao complexo penitenciário. Segundo o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), a medida determinada por Moraes proporciona condições ainda mais favoráveis para o cumprimento da pena de 27 anos e três meses de prisão. “Sempre defendemos essa solução, com base no art. 2º, parágrafo único, da Lei de Organizações Criminosas, justamente para assegurar a segregação adequada de quem foi condenado como líder de organização criminosa, sem qualquer improviso ou exceção”, observou.

E complementou: “Na Papuda, as condições são ainda mais favoráveis: espaço muito maior, banho de sol livre, possibilidade de fisioterapia com esteira e bicicleta, aumento do tempo de visita de familiares, televisão, geladeira, banho quente e remição de pena pela leitura. Os pleitos da defesa foram deferidos, porém a pena será cumprida no estabelecimento prisional e não em prisão domiciliar. A lei está sendo cumprida, com legalidade, proporcionalidade e autoridade do Estado Democrático de Direito”.

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) fez uma provocação e disse que a Papudinha “combina ainda mais para um líder de uma organização criminosa que tentou golpe de Estado”. “Por mim, Bolsonaro deveria viver as suas famosas palavras: ‘Bandido tem que apodrecer na cadeia. Se cadeia é lugar ruim, é só não fazer a besteira que não vai para lá’”, lembrou a parlamentar.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), que no passado chegou a ser xingada pelo ex-presidente — foi processado por dizer “que ela não merecia nem ser estuprada por ser feia” —, afirmou que Moraes tomou a decisão mais indicada. “Lugar de golpista, criminoso, genocida, corrupto, misógino e que faz apologia ao ódio e à violência contra mulheres é na cadeia”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Master é iceberg que ameaça a confiança institucional do país

As investigações da Polícia Federal (PF) sobre o Banco Master e a liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central (BC), em novembro, transformaram um caso bancário em um teste de resistência institucional do Brasil. Não se trata apenas de apurar uma fraude financeira — que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descreveu como possivelmente a “maior fraude bancária” do país —, mas de medir até que ponto os pilares que sustentam a economia continuam protegidos contra pressões políticas, atalhos jurídicos e redes de influência, que rondam os tribunais superiores do país, inclusive o Supremo Tribunal federal (STF).

Daniel Vercaro, fundador e CEO do Master, não figurava entre os gigantes do sistema, mas se tornou protagonista nacional desse risco sistêmico pelo volume de dinheiro envolvido, pela capilaridade de sua base de investidores e pela teia de conexões que construiu no mundo político e jurídico. A segunda fase da Operação Compliance Zero, deflagrada na quarta-feira, reforçou essa dimensão: mandados de busca e apreensão em 42 endereços, bloqueio de bens e valores acima de R\$ 5,7 bilhões e o avanço sobre figuras como Nelson Tanure e João Carlos Mansur indicam que a apuração não é periférica — e que não há “caso pequeno” quando o caminho do dinheiro se mistura ao poder. Na verdade, começou um efeito dominó.

O detalhe institucional mais sensível talvez tenha sido a disputa sobre a custódia das provas. O ministro Dias Toffoli determinou inicialmente que todo o material apreendido pela PF ficasse lacrado no STF, medida fora da praxe. Após pedido da Procuradoria-Geral da República, voltou atrás e decidiu remeter o conteúdo à PGR. Na prática, sem embargo da tecnicidade, é um sinal de que o caso ultrapassou o âmbito policial e já se transformou em arena de tensão entre instituições.

O Master aparecia como o 22º maior banco do país, com cerca de R\$ 63 bilhões em ativos financeiros, algo em torno de 2% do tamanho do Itaú, segundo ranking do *Valor Econômico*. Em condições normais, sua quebra não deveria representar risco macroeconômico clássico. Mas a crise bancária raramente nasce apenas do tamanho: nasce da interconexão. O banco alcançou 1,6 milhão de investidores, com aproximadamente R\$ 41 bilhões em CDBs, o que aciona diretamente o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), espécie de seguro do sistema.

O impacto desse ressarcimento é da ordem de um terço do caixa do fundo, estimado em cerca de R\$ 122 bilhões em recursos líquidos. É a maior crise de um banco brasileiro em termos de pressão sobre o FGC e, por isso, o episódio não é apenas um escândalo financeiro: é um episódio capaz de contaminar expectativas, percepção de segurança e credibilidade do mercado. A estabilidade econômica depende de um elemento invisível: confiança. O investidor que compra CDB faz um pacto: aceita juros maiores em troca de uma promessa institucional de segurança, ancorada na supervisão do BC e no colchão do FGC. Quando esse pacto é rompido, o prejuízo não se resume a quem investiu no banco. O prejuízo vira dúvida sistêmica.

No olho do furacão

A liquidação do Master ocorreu após suspeitas de fraude envolvendo a venda de carteiras de crédito ao BRB, banco estatal do Distrito Federal, em operação de R\$ 12,2 bilhões. A suspeita central é que o Master teria inflado artificialmente ativos — inclusive com créditos inexistentes — para melhorar sua condição financeira antes de uma possível venda. O modelo de negócio de Vercaro, baseado em captar recursos oferecendo CDBs com taxas acima do mercado, ajudou o banco a crescer rapidamente. Não é crime oferecer juros altos, porém, quando o custo do dinheiro é elevado demais, surge o retorno “milagroso” de algum lugar.

Parte das suspeitas envolve fraudes grosseiras. Outra parte envolve estruturas sofisticadas de fundos e intermediações que demandam perícia técnica e abrem espaço para uma engenharia de ocultação: o dinheiro circula, passa por gestores, atravessa fundos, reaparece em ativos de baixa qualidade, dilui rastros e dificulta a responsabilização. A pergunta mais perigosa não é apenas “quem praticou a fraude”, mas “como isso pôde existir por tanto tempo”. Quando um esquema desse porte amadurece, a falha já não é apenas de um banco: é do ecossistema regulatório e do mercado. E, se essa percepção pública se consolida, o dano deixa de ser financeiro e se torna institucional.

O Master virou um caso explosivo porque Daniel Vercaro acumulou conexões no mundo político e empresarial. A tentativa de venda do banco ao BRB, aprovada pelo Cade, mas barrada pelo BC, escancarou o choque entre duas lógicas. A lógica política é a do acordo e da mediação. A lógica regulatória é a do risco e da prudência. Quando o Banco Central veta uma operação, está dizendo que, naquele caso, a autonomia técnica prevalece sobre a acomodação.

Esse é um ponto decisivo. A independência do BC é um dos ativos mais importantes da economia brasileira, porque reduz incerteza, melhora previsibilidade e impede que o sistema financeiro vire extensão de disputas partidárias. Quando a crise de um banco se transforma em um cabo de guerra entre regulador e atores políticos, instala-se o pior ambiente possível: o de que regras são negociáveis conforme o poder de pressão. A centralização da investigação sob sigilo, a relatoria concentrada, decisões incomuns e a presença indireta de ministros no noticiário criaram um risco adicional: o de o STF ser percebido não como árbitro distante, mas como protagonista da crise.

Ex-ministro e ex-diretor da PRF por perto

» FABIO GRECCHI

O ex-presidente Jair Bolsonaro terá dois ex-colegas de governo enquanto estiver preso na Papudinha: o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques.

Torres foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por integrar o núcleo decisivo da trama golpista. Ele teria facilitado a invasão dos bolsonaristas às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro

de 2023, ao viajar para os Estados Unidos com a família, supostamente em férias. Com as investigações, foi encontrada entre os documentos que mantinha em casa a chamada “minuta do golpe” — que estabelecia os preceitos para a quebra da institucionalidade democrática. Além disso, ele foi desligado da Polícia Federal (PF), da qual era delegado.

Silvinei também foi condenado pelo STF por tentar impedir que eleitores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva votassem, no segundo turno da eleição

presidencial, em 30 de outubro de 2022. Ele ordenou que a PRF realizasse operações de fiscalização em rodovias, concentradas majoritariamente na região Nordeste. As incursões ocorreram mesmo após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral que proibia ações policiais que pudessem dificultar o transporte de eleitores. Silvinei, inclusive, quase recebeu voz de prisão do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do TSE, caso não parasse imediatamente as blitzes.

Em 26 de dezembro de 2025, ele foi preso em Assunção, no Paraguai, depois de romper a tornozeleira eletrônica no Brasil. Tentava embarcar no Aeroporto Internacional Silvio Pettirossi com destino a El Salvador utilizando documentos falsos.

A prisão foi decretada por Moraes por descumprimento de medidas cautelares e tentativa de fuga, logo após ele ter sido condenado a 24 anos e seis meses de prisão por sua participação nos planos de golpe de Estado. Foi transferido para a Papudinha em 27 de dezembro de 2025.